

DOSSIER LÍNGUAS INDÍGENAS

2019

O ANO INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS UMA CAMPANHA POLÍTICO-LINGÜÍSTICA INTERNACIONAL

Gilvan Müller de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (UCLPM)

INTRODUÇÃO

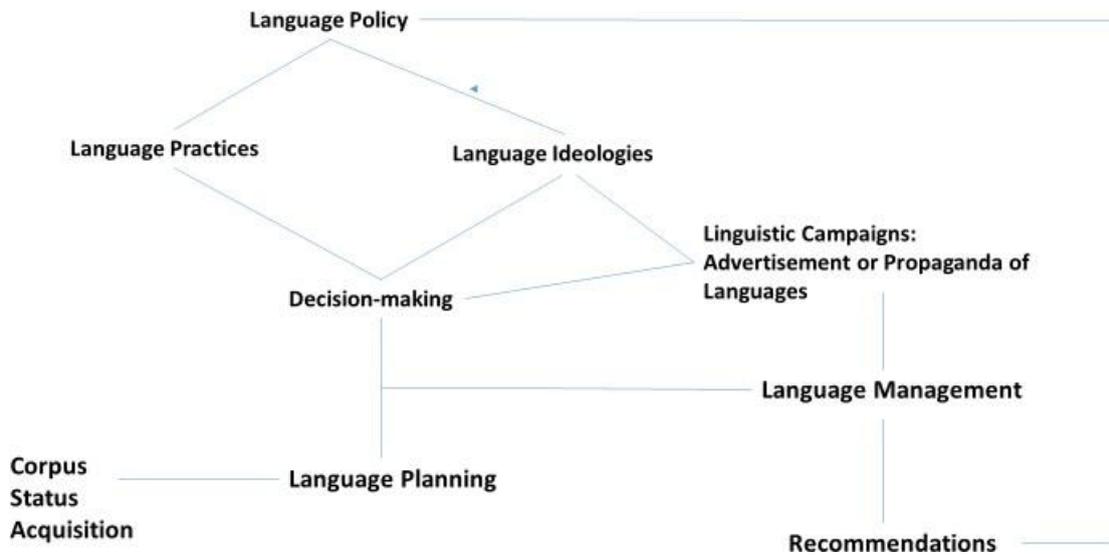
Do ponto de vista de uma classificação de tipos de ação sobre a(s) línguas, podemos dizer que o *Ano Internacional das Línguas Indígenas*, instituído através da Resolução 71/178 das Nações Unidas, de 19 de dezembro de 2016, é uma **Campanha Linguística**, conceito que pode ser entendido como a ampliação lógica da terminologia introduzida por Bein (2006), no seu trabalho sobre ‘publicidade linguística’ ou ‘propaganda linguística’.

Segundo o autor “*solemos distinguir “propaganda” de “publicidad”; la primera se refiere a la difusión de ideas e ideologías, incluidas las políticas y las religiosas; la segunda es la que da a conocer un producto o un servicio con el fin de que el público los adquiera*” (Bein, 2006,1). No seu texto, apresenta tanto exemplo de publicidade de línguas, vistas como produtos comerciais, quanto propaganda de línguas, considerando a necessidade de conformar e utilizar ideologias linguísticas, podendo esta propaganda se referir a línguas individuais ou a um conjunto multilíngue.

Uma campanha, nesse sentido, constitui-se de uma série de ações publicitárias ou propagandísticas, focadas em conduzir o olhar da ou das sociedades para uma determinada direção, aglutinar interesses e obter efeitos políticos.

Campanhas linguísticas, assim, são atuações propagandísticas no campo das **ideologias linguísticas**, por um lado, que permitem preparar as sociedades para determinadas intervenções do poder constituído, e nesse sentido impactam centralmente as **decisões linguísticas**, que por sua vez orientarão o **planejamento linguístico**, isto é, as intervenções linguísticas a serem feitas para alterar **práticas linguísticas** estabelecidas em uma dada sociedade. O seguinte esquema permite visualizar de forma compacta a estas relações no campo das políticas linguísticas:

Oliveira, G. 2019



Assim, uma campanha linguística atua na conformação ou difusão de ideologias linguísticas, influenciando na tomada de decisões e no estabelecimento de metas para o planejamento linguístico, através da gestão de línguas.

No caso que analisamos, as Nações Unidas fundamentam a sua atuação a partir de argumentos como os seguintes:

Profundamente preocupada por el gran número de lenguas, en particular lenguas indígenas, que corren el peligro de desaparecer y destacando que, pese a los esfuerzos que se siguen realizando en esta materia, existe una necesidad urgente de conservar, promover y revitalizar las lenguas en peligro de extinción, (ONU, Resolución 71/178 de 19 de diciembre de 2016)

Declaram 2019, então, o *Ano Internacional das Línguas Indígenas* para chamar a atenção dos 195 Estados Membros sobre novas estratégias na conservação de línguas.

Esta não é, porém, a primeira campanha linguística da ONU. Podemos identificar uma família de campanhas, ora mais focadas nas pequenas línguas de grupos minorizados, ora focadas em um referente mais geral – nas línguas em geral – por exemplo, num movimento de sanfona importante como estratégia para dar visibilidade a demandas de comunidades linguísticas e para o estabelecimento de alianças com governos e com as sociedades civis.

São exemplos de outras campanhas associadas:

- 1) *O Dia Internacional das Línguas Maternas*: 21 de fevereiro, que foi proclamado em 17 de novembro de 1999 e é observado todos os anos desde 2000 para promover a diversidade linguística e cultural e o multilinguismo;
- 2) *O Ano Internacional das Línguas*, de 2008, proclamado em 16 de maio de 2007 pela Assembléia Geral, em conformidade com a resolução adotada pela Conferência Geral da UNESCO em sua trigésima terceira sessão em 20 de outubro de 2005.

As línguas são realmente essenciais à identidade de grupos e indivíduos e à sua coexistência pacífica. Constituem um fator estratégico de progresso em direção ao desenvolvimento sustentável e uma relação harmoniosa entre o contexto global e o local.(...) Portanto, a UNESCO convida governos, organizações das Nações Unidas, organizações da sociedade civil, instituições educacionais, associações profissionais e todas as outras partes interessadas a fortalecer as suas atividades para promover o respeito, a promoção e a proteção de todas as línguas, especialmente as línguas ameaçadas de extinção, em todos os contextos individuais e coletivos." Sr. Koïchiro Matsuura, Diretor Geral da UNESCO.

- 3) *O Atlas UNESCO das Línguas do Mundo*, em curso, iniciativa que amplia o escopo do *Atlas UNESCO das Línguas do Mundo em Perigo* e que será um instrumento de observação, medição e avaliação das políticas linguísticas de manutenção e fortalecimento de uso das línguas, permitindo melhores diagnósticos sobre as situações sociolinguísticas que levam a um crescente monolinguismo. Incluindo todas as línguas e não apenas aquelas classificadas como “ameaçadas” ou “em perigo” pelo primeiro Atlas (Moseley, 2010), a UNESCO visa por um lado ao estabelecimento de alianças mais amplas sobre o assunto, e por outro chamar a atenção para o fato de que também comunidades linguísticas médias e até grandes estão sob uma forte pressão para um deslocamento linguístico em direção às línguas super-centrais, em especial o inglês.

Desde 1993, a UNESCO realiza seu Programa de Línguas Ameaçadas de Extinção para aumentar a diversidade linguística, chamando a atenção da comunidade internacional para os múltiplos desafios que as comunidades enfrentam em termos de vitalidade, manutenção e mudança linguística. Foram feitos esforços especiais para monitorar a diversidade linguística através do seu Atlas das Línguas Ameaçadas. Em 2003, os Órgãos Diretores da UNESCO adotaram um instrumento normativo intitulado

"Recomendação relativa à promoção e uso do multilinguismo e acesso universal ao ciberespaço". Isso incentivou os países ao redor do mundo a tomar ações concretas no desenvolvimento de conteúdo e sistemas multilíngues, facilitar o acesso a redes, desenvolver conteúdo de domínio público e reafirmar o equilíbrio equitativo entre os detentores de direitos e o interesse público (Agenda da cerimônia de lançamento em 2016).

Podemos dizer, nesse sentido, que as Nações Unidas, através da UNESCO, têm desenvolvido campanhas periódicas sobre o assunto, integradas a uma política de fomento e estímulo ao multilinguismo, iniciada pelo menos em 1993, com o lançamento da primeira edição do *Atlas UNESCO das Línguas do Mundo em Perigo*, iniciativa sem dúvida alguma influenciada pela Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em 1993 em Viena, na qual o Fórum Permanente das Nações Unidas para os Assuntos Indígenas (UNPFII) foi discutido pela primeira vez. A Declaração e o Programa de Ação de Viena recomendavam que esse fórum fosse estabelecido na primeira Década Internacional das Nações Unidas para os Povos Indígenas do Mundo (1995-2004), pela resolução 48/163 de 21 de dezembro de 1993, e assim se fez: a sua instituição data de 28 de julho de 2000.

Com estas diferentes campanhas e ações desde 1993 a UNESCO maneja influenciar a agenda mundial do multilinguismo, com a ativa participação dos Estados Membros. Pode-se dizer, portanto, que a Campanha do Ano Internacional das Línguas Indígenas se insere numa agenda de trabalho de longo curso para a promoção do multilinguismo e da diversidade linguística, em especial no Ciberespaço, considerado *locus* estratégico de ação na área e, ademais, associado com a agenda da chamada Sociedade do Conhecimento.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE VISIBILIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS

Oficialmente a UNESCO trabalha com a estimativa de 370 milhões de indígenas, vivendo em 90 dos 195 Estados Membros da Organização, distribuídos em aproximadamente culturas, em um universo de 7.000 línguas humanas, das quais 2.680 em perigo de extinção, segundo o *Atlas Unesco das Línguas do Mundo em Perigo*. O Ano Internacional das Línguas Indígenas estabeleceu, assim, como objetivos:

1. Maior compreensão, reconciliação e cooperação internacional,
2. Criação de condições favoráveis ao compartilhamento de conhecimento e à disseminação de boas práticas em relação às línguas indígenas,

3. Integração das línguas indígenas às discussões sobre estandarização,
4. Empoderamento por meio de capacitação e
5. Crescimento e desenvolvimento através da elaboração de novos conhecimentos.

AS LÍNGUAS INDÍGENAS, ESSE GRUPO HETERODOXO DE LÍNGUAS

Mas o que são, afinal de contas, línguas indígenas? Não há dúvida que estamos falando de uma categoria sociológica aplicada a um grupo de línguas e que depende da definição prévia do que é um *indígena*.

Encontraremos, em determinadas discussões, que falar uma língua indígena é um critério para definir um povo como indígena, mas isso nos conduz a uma situação de circularidade. A língua é indígena porque o povo que a fala é indígena ou vice-versa?

Assim, se tomarmos o exemplo da língua Guarani, falada na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, podemos dizer que há várias línguas guarani que são indígenas, como os Guarani Kaiowá, Mbya, Ava e Nhandeva, mas o Guarani língua oficial do Paraguai, chamado de Guarani Paraguaio e falado por mais de 5 milhões de pessoas, não é uma língua indígena, porque fundamentalmente é falada e é expressão de uma sociedade nacional não-indígena, embora possa ter vindo, historicamente, de uma língua indígena.

Definir o conceito de “indianidade” tem sido um grande desafio para os acadêmicos, os órgãos internacionais que cuidam da questão, como o WCIP – O Conselho Mundial dos Povos Indígenas ou a ILO – A Organização Internacional do Trabalho, as ONGs e os governos nacionais.

Na Segunda Assembleia Geral do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, em 1977, foi proposto que “Only indigenous peoples can define indigenous peoples” – “Somente povos indígenas podem definir povos indígenas”. Desde então, pelo menos, a auto-declaração tem caracterizado a principal estratégia para a definição do que é um povo indígena em um grande número de Estados, substituindo tentativas mais antigas de definir a “indianidade” como associada a traços fenotípicos e raciais, como nos Estados Unidos ou no Uruguai, ou conteúdos culturais específicos, como no indigenismo colonial português na África (Ferreira e Veiga, 1957).

A auto-declaração unicamente, no entanto, não tem se mostrado suficiente em vários casos.

Nesse ponto, Jeff Corntassel (2003, 1) afirma que “yet failure to establish an accepted definition of indigenous peoples leads to host-state concerns over applying international legal instruments to the world’s indigenous populations”.

O *Minorities in Risk Project*, um dos projetos sobre conflitos étnicos mais importantes do mundo, analisa o caso de 275 povos ao redor do mundo e faz uma distinção entre *grupos etnonacionais* e *povos indígenas*, sendo que os primeiros seriam aqueles tentam estabelecer o seu próprio Estado, como os bascos ou os curdos, enquanto que os povos indígenas buscam prioritariamente diversos graus de autonomia dentro dos Estados.

Corn tassel propõe utilizar o conceito de ‘Peoplehood’ refinado por Holm, Pearson and Chavis (2003), que discutem com uma série de propostas e chegam nos seguintes quatro critérios:

1. Povos que acreditam que são ancestrais e se identificam, com base em histórias orais ou escritas, como descendentes dos habitantes originais de suas pátrias originais;
2. Povos que podem ter, mas não necessariamente têm, suas instituições políticas, econômicas e sociais informais / ou formais, que tendem a ser baseadas na comunidade e refletem seus distintos ciclos cerimoniais, redes de parentesco e tradição cultural em constante evolução;
3. Povos que falam (ou falaram uma vez) uma língua indígena, geralmente diferente da língua da sociedade dominante – mesmo quando a língua indígena não é "falada", dialetos distintos e/ou expressões indígenas exclusivas podem persistir como um tipo de identidade indígena;
4. Povos que se distinguem da sociedade dominante e/ou de outros grupos culturais e procuram aumentar sua autonomia cultural, política e econômica mantendo um relacionamento próximo com suas pátrias ancestrais/locais sagrados, que podem ser ameaçad(a)os por invasões militares, econômicas ou políticas passadas ou em andamento e que podem incluir ainda lugares de onde os povos indígenas já haviam sido expulsos;

Uma definição como esta não configura uma questão menor ou um mero exercício teórico, porque uma parte significativa dos Estados Membros não aceita terem, em seus territórios, povos, nações ou populações indígenas. Este é o caso da China e de muitos países africanos, de modo que o apoio para o *Ano Internacional das Línguas Indígenas* não provém de todos os Estados, e destaca-se neste âmbito o aporte positivo dos países latino-americanos. Considerar povos como indígenas implica em assumir, em geral, uma narrativa colonial ocorrida no passado e que reduziu estes povos a um estado de desposseção, narrativa que muitos Estados Membros não estão dispostos a admitir, em especial pela responsabilidade pela desposseção que continua no presente.

Algumas dessas problemáticas e várias outras estão presentes nos quatro artigos do

Dossier Línguas Indígenas que a RDPL orgulha-se em incluir no seu Número 11 como uma forma de participar e de apoiar o *Ano Internacional das Línguas Indígenas* e as demandas das comunidades linguísticas latino-americanas e do mundo todo pelas suas línguas e por justiça social e econômica.

No primeiro artigo Ezequiel Pedro José Bernardo, do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-Cabinda) em Angola, e que desenvolveu o seu mestrado em uma das Universidades do Grupo Montevidéu, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil, politiza a questão do uso dos provérbios em kimbundo, língua falada em cinco províncias de Angola: Luanda, Bengo, Malange, Kwanza-Norte e parte Norte do Kwanza-Sul. Pretende, nas suas palavras, *contribuir para a discussão sobre a importância das línguas nacionais angolanas como portadoras de significados culturais e morais, vinculados ao modo de ser de um determinado povo* e tematiza como a imposição do português, primeiro na situação colonial e em seguida pelo próprio Estado angolano, põe em risco as identidades próprias, levando os angolanos a um “exílio linguístico”. Os provérbios seriam uma espécie de reserva de sentido nestas identidades, e apesar do autor mapear a diminuição do seu uso, em especial pelo desaparecimento dos guardiães dos provérbios, defende que *a sua compreensão transporta uma carga semântica que não pode ser facilmente esvaziada, pois ela permanece como memória de um povo*.

No segundo artigo damos um salto para a realidade andina da cidade de El Alto, na Bolívia, onde Luz Marina Castillo Ulloa, Iván Félix Cuevas Paucara e Orlando Víctor Huanca Rodríguez, todos da Universidade Maior de San Andrés, debruçaram-se sobre a língua aimara e o seu lugar nas complexas relações interculturais urbanas, levando em conta fatores sociais como a família, a migração, o emprego, o imaginário social de aceitação da língua e a ação dos atores das instituições educacionais para a aculturação e o esquecimento da língua aimara. Para analisar os quatro focos da pesquisa: Língua e Migração, Língua e Educação, Língua e Família e Língua e Emprego, desenvolvem uma metodologia refinada de aplicação de questionários, mapeando as relações nestes *loci* de reprodução da língua aimara em contexto urbano e num quadro de forte prestígio do espanhol. Os autores concluem que o uso da língua aimara pode ser um fator de exclusão educacional e discriminação social se não se desenvolverem políticas linguísticas de conscientização das famílias e de formação docente para mais interculturalidade e

multilinguismo.

No terceiro artigo encontramos uma importante discussão sobre a descolonização através do tópico da presença ou não das vozes e discursos indígenas para a construção de políticas envolvendo as línguas e a educação indígena. A autora do texto, Cristine Gorski Severo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil, filia-se, nas suas palavras *àqueles que propõem a importância epistemológica da “identidade na política”*. Trata-se, assim, de inscrever as reflexões vinculadas ao campo disciplinar e prático das políticas linguísticas nos debates contemporâneos sobre a relevância de um olhar crítico – decolonial – para se pensar as práticas linguísticas de sujeitos que foram historicamente afetados pelo processo colonial. O texto realiza estas reflexões sobre exemplos de projetos em uma perspectiva decolonial, em especial no campo da etnomídia.

No quarto artigo, finalmente, Katarzyna Maja Hajtanian Śliwińska da Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), de Londres mostra como questões técnicas e políticas se entrelaçam na fixação da ortografia ou grafemário da língua indígena mais falada do Chile, o mapuzungun, do povo Mapuche. Trabalha com a hipótese que vários dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, de que o Chile é signatário, não estão sendo alcançados diretamente por causa de regulações contraditórias na área da ortografia, o que tem consequências no letramento da população Mapuche em sua própria língua, fato que repercute, por sua vez, no acesso a informações legais e de saúde, afastando a comunidade linguística em questão da inclusão social. Além de apresentar uma rica análise das propostas ortográficas da língua mapuzungun e dos debates encetados entre os falantes e o Estado, propõe uma avaliação da paisagem linguística de Santiago do Chile à luz do uso dos diferentes grafemários.

Esperamos que o dossier possa contribuir para as vindouras discussões da década dos povos indígenas, que se inicia em 2020, e que as universidades da AUGM possam constituir-se mais e mais como aliadas nas lutas dos povos indígenas da Região. Esperamos também que seja o primeiro de uma série voltados aos prementes problemas político-linguísticos não só da América Latina, mas também da África, da Ásia e de outras partes do mundo.

REFERÊNCIAS

- Bein, Roberto (2006) “Propaganda de lenguas”, *Letras* (PPGL-UFSM), 27, 2006, p. 27-37, ISSN 1519-3985.
- Ferreira, José Carlos Ney e Veiga, Vasco Soares da (1957). Estatuto dos Indígenas das

Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Anotado. Lisboa, 2^a. Edição, 1957.
<https://www.passeidireto.com/arquivo/35038810/estatuto-do-indigenato-portugues>

Holm, Tom, et al. (2003) “Peoplehood: A Model for the Extension of Sovereignty in American Indian Studies.” *Wicazo Sa Review*, vol. 18, no. 1, pp. 7–24. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/1409431.

Jeff Corntassel (2003) Who is indigenous? ‘Peoplehood’ and ethnonationalist approaches to rearticulating indigenous identity, *Nationalism and Ethnic Politics*, 9:1, 75-100, DOI: 10.1080/13537110412331301365.

Moseley, Christopher (ed.) (2010). *Atlas of the World’s Languages in Danger*, 3rd edn. Paris, UNESCO Publishing.

Oliveira, Gilvan Müller de (2019). The 2019 International Year of Indigenous Languages Strategies and Methodologies of an international campaign in language policy. In Selvaraj, Arulmozi (org.). *Proceedings of the I International Conference on Indigenous Languages of India*. Hyderabad, India, 21-22 de fevereiro de 2019 (no prelo).